

A escrita da vivência feminina negra nos romances *O crime do Cais do Valongo* e *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz

Danielle Leal

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as obras *O Crime do Cais do Valongo* e *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz, escritora negra do cenário contemporâneo, levando em consideração que a escrita feminina negra faz-se presente de forma latente e potente no cenário literário negro-brasileiro. As narrativas em questão apresentam uma visão descentralizada e nos revelam as histórias dos sujeitos negros diaspóricos a partir da margem. Pensar a literatura negro-brasileira, tal como afirma Cuti (2010), é resgatar memória, ancestralidade e religiosidade por meio das histórias dos escravizados. Isso se faz marcante nas obras analisadas, na medida em que uma jovem escravizada, Muana, conta sua própria trajetória em *O Crime do Cais do Valongo*. A jovem nos conta sua jornada pelas ruas do Rio de Janeiro no contexto escravocrata, relembra sua terra natal e revela costumes, tradições e memórias como protagonista. Nesse viés, também em *Água de Barrela*, vozes femininas apresentam suas vivências, enfatizando o resgate ancestral por meio da árvore genealógica da própria autora. Tal rememoração histórica é de extrema importância para a desconstrução de estereótipos que permeiam a escravidão e suas cicatrizes. Nesse sentido, a literatura de Eliana Alves Cruz traz à tona lembranças, costumes e práticas religiosas que se coadunam com reflexões, a fim de se (re)pensar os modelos vigentes no campo literário e fora dele. Falar a partir das vozes femininas negras presentes no romance é encontrar resistência na escrevivência, como nos diz a escritora Conceição Evaristo, em um seminário formado por mulheres negras (RIBEIRO & PITASSE, 2018): “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

Palavras-chave: Ancestralidade, Literatura negro-brasileira, Narrativa de autoria feminina negra.

The writing of black female experience in the novels *O Crime do Cais do Valongo* and *Água de Barrela* by Eliana Alves Cruz

ABSTRACT

The object of this study is the works *O Crime do Cais do Valongo* and *Água de Barrela* by Eliana Alves Cruz, a black writer on the contemporary scene. In the black-Brazilian literary scene. The narratives in question present a decentralized vision and reveal the stories of diasporic black subjects from the margins. To think of black-Brazilian literature, as Cuti (2010) says, is to rescue memory, ancestry and religiosity through the stories of the enslaved. This is evident in the works analyzed, as a young enslaved woman, Muana, tells her own story in *O Crime do Cais do Valongo*. The young woman tells us about her journey through the streets of Rio de Janeiro in the context of slavery, recalls her homeland and reveals customs, traditions and memories as a protagonist. In this vein, female voices present their experiences in *Água de Barrela*, emphasizing ancestral rescue through the author's own family tree. This historical recollection is extremely important for deconstructing the stereotypes that permeate slavery and its scars. In this sense, Eliana Alves Cruz's literature brings to light memories, customs and religious practices that are consistent with reflections in order to (re)think the models in force in the literary field and beyond. To speak from the point of view of the black female voices present in the novel is to find resistance in writing, as writer Conceição Evaristo tells us in a seminar made up of black women (RIBEIRO & PITASSE, 2018): "Our writing cannot be read as a history of nightmares. It can be read as a bedtime story for the big house, but to disturb them in their unjust dreams. Unjust sleep."

Keywords: Ancestry, Black-Brazilian literature, Narrative by Black female authors.

The Author

Danielle Leal é profissional de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, licenciada em Letras - Literaturas de Língua Portuguesa pela Instituição A Vez do Mestre (AVM Faculdade Integrada), bacharel em Letras - português/literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua como professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com a pesquisa sobre *O Crime do Cais do Valongo* intitulada: "Escrivência diaspórica feminina negra em *O Crime do Cais do Valongo*, de Eliana Alves Cruz". Doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a breve reflexão que será apresentada centra-se no estudo da Literatura Contemporânea de autoria feminina negra, mais especificamente acerca das obras *O Crime do Cais do Valongo* (2018a) e *Água de Barrela* (2018b), de Eliana Alves Cruz. Nesse sentido, aliam-se à temática questões que dizem respeito à voz feminina negra no romance apresentado, assim como a ancestralidade e religiosidade que se fazem latentes na escrita da autora.

Acerca da literatura brasileira produzida por autores negros, o ano de 1859 é reconhecido como importante ponto de partida para se pensar a produção literária negro-brasileira. Assim, para fins elucidativos, adota-se no presente trabalho o conceito de literatura negro-brasileira, tendo em vista que quando se trata dos autores, “um afro-brasileiro ou afro-descendente não é necessariamente um negro-brasileiro” (Cutí, 2010, p. 38). Para este autor, a palavra “negro”

é uma das mais polissêmicas do vernáculo. Sua polissemia, quem sabe, contribuiria para seu desprezo na caracterização de um *corpus*. Afro-brasileiro, expressão cunhada para a reflexão dos estudos relativos aos traços culturais de origem africana, independeria da presença do indivíduo de pele escura, e, portanto, daquele que sofre diretamente as consequências de discriminação. (2010, p. 39, grifo do autor).

Para a análise das duas obras de Eliana Alves Cruz, escritora na contemporaneidade, faz-se importante resgatar os caminhos traçados por autores e militantes, sobretudo no século passado. Nesse sentido, é imprescindível abordar a trajetória da escrita negra iniciada no contexto de ditadura militar brasileira, mais especificamente a partir de 1978, com a publicação dos *Cadernos Negros*.

O grupo *Quilombhoje*, responsável pela publicação dos *Cadernos Negros*, teve como integrantes os escritores Oswaldo de Camargo, Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Luiz Silva (Cutí), Paulo Colina e Abelardo Rodrigues em São Paulo. Mais de

quatro décadas após seu início, os *Cadernos* têm extremo valor para a cena cultural/literária negra brasileira, possibilitando a ampliação do grupo para outros movimentos, atuando nas periferias das grandes cidades do país. Há o resgate de jovens negros para a vida literária e artística.

Os romances de Eliana Alves Cruz contribuem para o cenário literário brasileiro, tendo em vista que colocam em protagonismo a mulher negra e suas histórias, memórias e identidade como sujeitos detentores de vozes que se mostram contra as tentativas de silenciamento ligadas à colonização.

IDENTIDADE E MEMÓRIA NO SUJEITO DIASPÓRICO

No que diz respeito à literatura negro-brasileira e ao processo de reconstrução de identidade do negro escravizado, deve-se entender que o negro africano trazido para cá teve papel importante na construção da cultura nacional e na cultura do negro, tendo em vista o conceito de diáspora diante dos processos de colonização e na conseqüente aculturação do sujeito diaspórico.

Partindo do conceito de "Atlântico negro" apresentado por Paul Gilroy (2019), os negros que vieram para cá contribuíram com suas tradições e culturas. Assim, eles não devem ser vistos

como mercadorias mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania", na medida em que o contexto do "Atlântico negro" "propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica. (2019, p. 59).

A metáfora criada pelo autor nos permite pensar a travessia forçada de milhares de pessoas e, simbolicamente, de tantos milhares de histórias e crenças que aqui se entrecruzaram com estrangeiros e povos originários, forçados a conviver com uma

nova lógica – de dominação – marcada por um(a) (tentativa de) apagamento de suas manifestações religiosas sagradas e tradições num processo de aculturação.

A partir dessa perspectiva, o indivíduo está sujeito à imposição do outro, o que resulta em um “empecilho” para a construção do seu desenvolvimento identitário. Nesse sentido, a possibilidade de reconstrução da identidade do negro africano enquanto sujeito deslocado de suas origens é apresentada na narrativa de *O Crime do Cais do Valongo* (2018a). A obra apresenta a trajetória de uma jovem negra, revisitando seu lugar originário e remodelando seu comportamento em terras estranhas. Simbolicamente, Muana e Umpulla, por exemplo, representam suas nações e marcos culturais que atravessaram em direção ao desconhecido. O mergulho na cultura do outro, o colonizador, trouxe dimensões internas e externas que se refletem nos corpos diaspóricos. A fragmentação de identidades fez-se presente durante anos de forma repetida e sistemática, em todos aqueles que vieram para o Brasil.

A diáspora, enquanto deslocamento de um sujeito de um local para outro, pensada em relação ao que ocorre no período da escravidão, é um processo em que há fragmentação do sujeito colonizado, resultando no estranhamento e no sentimento de não-pertencimento. A ideia de “identificação associativa”, cunhada por Stuart Hall (2018), diz respeito ao processo de identidade cultural do país de origem que se mantém no laço familiar.

Nesse sentido, a personagem Muana, ao contar sua história para Mr. Toole, rememora suas crenças ligadas à África, como quando nos conta acerca da morte: “Para nós ela não existe. Apenas vamos viver em outro lugar, junto aos ancestrais, mas para isso precisamos de sepultura digna ou continuaremos vagando aqui, onde não é mais nossa morada, assombrando os vivos e o mundo.” (2018, p. 138).

Os percursos e caminhos que se cruzam entre as mediações culturais realizadas pelos sujeitos em deslocamento agem de forma determinante para seu pertencimento ou não pertencimento, refletindo na identidade. Os valores culturais e, principalmente,

humanos são subjugados ao longo do período de subordinação do negro africano em um processo de dominação.

Hall (2006) pondera acerca da relação do eu com o outro na questão da identidade, que “é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.” (2006, p. 11).

No tocante ao romance *O Crime do Cais do Valongo* (2018a), é possível compreender na composição da narrativa pela voz de Muana o contexto de dominação e de aculturação sofridos por ela. Observa-se, por meio da travessia da personagem, que em diversos momentos reafirma sua identidade africana, a fim de que esse laço originário não se perca. Essa reafirmação da identidade é também uma forma de Muana valorizar seu local de origem e sua existência única, quando se apresenta para o visitante Mr. Toole, interessado em sua história:

Chamo-me Muana Lómuè, sou filha de Mutandi e Atinfa. Aqui em São Sebastião do Rio de Janeiro deram-me outro nome, mas toda a gente me conhece apenas por Muana. Nasci numa aldeia bem próxima a um enorme e lindo maciço de pedra. É o segundo mais alto de toda a Moçambique. Isso eu só soube anos depois de sair de lá. Não quero ser apenas “Moçambique” como usam para chamar os que chegam de minha terra. Sou Lómuè. Este nome ꝓ Lómuè – eu o adotei porque fala de onde vim e do que eu sou: uma Macua - Lómuè. Existem vários macuas. Somos como galhos da mesma árvore, e nossas línguas apresentam algumas diferenças, mas são todas bastante próximas. (2018, p. 43).

A ênfase dada pela personagem ao se apresentar reforça um aspecto relevante para a breve análise feita neste trabalho: a identidade do negro africano e a ligação com seu local de origem enquanto marcas que particularizam o indivíduo, tornando-o

único e singular. Leva-se em consideração também a manutenção das raízes pela narradora-protagonista que apresenta seu lugar de origem atrelado aos ritos e tradições sagradas de sua terra. A partir desse ponto, observa-se que a construção identitária do sujeito escravizado passa diretamente pela conceituação de “raça”.

Por meio dos caminhos apresentados até aqui, em que se entrelaçam a identidade e a memória, o termo “raça” é inicialmente conceituado a partir de uma ótica que considera aspectos físicos e biológicos para “categorizar” a diversidade existente entre a humanidade.

Ao refletir sobre a palavra “raça”, Stuart Hall indica um olhar assertivo sobre a definição do termo, levando em consideração que se trata de uma nomenclatura ideológica, discursiva, não mais vista como biológica. Nesse sentido, raça é

a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (2006, p. 63, grifos do autor).

É nesse contexto que cultura e identidade se relacionam. Esse fenômeno reflete um processo de imposição cultural que pode ser encontrado na sociedade brasileira até os dias atuais, em que um grupo é considerado superior em relação a outro, dito como inferior. Importante ressaltar como a cultura do negro é subjugada e ameaçada frente à do branco europeu, considerando que “antes de ter contato com o branco, o colonizado/negro não se sentia inferior a nenhuma outra raça. Toda crise identitária surge da negação dos valores humanos e culturais impostos pela colonização” (Figueiredo, 1998, p. 64).

Nesse âmbito, as imposições culturais aos negros que chegavam no Brasil podem ser vistas ao longo da narrativa de *O Crime do Cais do Valongo*, na medida em que a história de Muana nos é revelada, contextualizando seu cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. A título de exemplo, podemos citar as práticas religiosas ligadas ao catolicismo que incidiam sobre os povos assim que desembarcavam em terras brasileiras, bem como novos costumes impostos por senhores de engenho.

Por meio desse processo de dominação simbólica da cultura e do discurso ideológico eurocêntrico, tem-se a marginalização, a inferiorização e conseqüentemente o projeto de apagamento das tradições, religião e memória do povo negro, incorrendo na perda de identidade de origem que constituía os sujeitos expatriados. Disso resulta a construção de uma "nova" identidade forçada. O trânsito não esteve presente somente para o âmbito físico, mas refletiu no ponto imaterial, ao considerarmos que a cultura e a memória do povo negro também se deslocaram de África para as Américas.

A permanência de rituais e costumes que estão vivos na memória da narradora é um indicativo de que a manutenção dos laços com o local de origem é algo forte em Muana, que os mantém escondidos em muitas ocasiões por questões de sobrevivência diariamente.

Falar de memória aqui não é apontar seu caráter lacunar e fragmentário. Pelo contrário, é ressaltar a memória como aspecto relevante para a permanência de tradições e costumes dos povos africanos em um processo que vai de encontro à imposição da classe dominante.

O encadeamento entre memória e sentimento de pertencimento de um determinado grupo social possui conexão com o local que representa materialmente sua origem. Nesse sentido, "a escravidão é um elemento central para a marca identitária do cais do Valongo pelos que o reconhecem como lugar de memória." (Lima, 2016, p. 151). Destaca-se também a construção de narrativas que unem espaço

físico e memória, em uma perspectiva que, para Lima, visa valorizar a dimensão histórica da escravidão, juntamente com as pessoas que tiveram esse sistema incidindo sobre seus corpos.

A manutenção das marcas culturais e ancestrais está intrinsecamente ligada à construção e à importância da memória do sujeito negro, na medida em que o possibilita sair da margem e ser colocado ao centro, deixando de lado um não pertencimento e, tornando-se, assim, protagonista de suas histórias, vivências e narrativas. A esse respeito, Lélia Gonzalez nos diz que

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, a medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (1980, p. 226).

A identidade do sujeito negro e a valorização da memória são questões que se fazem presentes nos romances de Eliana Alves Cruz, tendo em vista que as personagens contam suas próprias trajetórias, como Muana em *O Crime do Cais do Valongo* (2018a) e Damiana em *Água de Barrela* (2018b). As vivências dessas mulheres negras e de outras que emergem nas narrativas apresentam-se como uma forma de manutenção cultural e ferramenta de combate aos estereótipos e preconceitos sobre esses corpos.

O CORPO FEMININO NEGRO E A ESCRITA DAS VIVÊNCIAS NOS ROMANCES DE ELIANA ALVES CRUZ

A objetificação do corpo negro insere-se no contexto apresentado no romance *O Crime do Cais do Valongo* tendo em vista a condição dos negros que vieram para o Brasil. A subserviência do povo africano aos senhores é fator determinante para a percepção do seu lugar no mundo. Na lógica de submissão ao corpo masculino, as mulheres negras sofreram durante muitos anos a dupla subordinação: aos corpos brancos masculino e feminino. Quem era detentor de escravizados, utilizava-se de tal poder para dominar e calar o outro, considerado inferior.

No que tange à dominação do corpo negro, faz-se relevante destacar a segregação da espécie humana em raças e situar o lugar do negro nesse sistema a fim de interligar o processo de insubordinação dele no decorrer da história da humanidade. Cabem aqui as proposições de Achille Mbembe sobre a questão da raça:

Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital. (2018, p. 21).

Nesse sentido, o corpo da jovem Muana sofre as subjugações que lhe são impostas, evidenciando marcas não somente físicas, mas também simbólicas e psicológicas no que se refere ao tratamento conferido aos escravizados. Ao relembrar o passado, a personagem incita à reflexão acerca do processo de valorização dos corpos negros: “Herdei muitos dos dons do meu pai. Uma destas habilidades era aprender muito

rápido várias línguas e costumes. **Ele sabia que não estávamos seguros em canto nenhum.** Nem com os portugueses nem com os sultões." (Cruz, 2018, p. 83, grifo meu).

No que concerne às mulheres, especialmente às mulheres negras, pondera-se que estão inseridas numa lógica de dominação masculina. Ademais, considerando-se os aspectos racistas inseridos na nossa sociedade patriarcal, a mulher é colocada num lugar de subserviência e subordinação. Mais especificamente, para situar o corpo negro, é importante destacar as questões que dizem respeito à branquitude e seu poder frente às outras raças, ratificando uma relação hierárquica a qual indica poder entre as classes. Grada Kilomba ressalta a preponderância do branco sobre o negro ao afirmar que “[a]o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que ele está classificado como ‘menos inteligente’” (2019, p. 55).

Sob essa ótica, o processo de dominação que moldou e ainda resiste nas sociedades, sobretudo a brasileira, a partir da divisão das raças e das classes nos indica um caminho de persistência de práticas distintivas raciais que tanto assolam os menos favorecidos.

Lilia Moritz Schwarcz (2019), em *O espetáculo das raças*, apresenta um panorama histórico-sociológico-antropológico acerca dos estudos “científicos” e o processo de miscigenação que foi amplamente condenado e dito como o determinante para o fracasso da sociedade brasileira, considerando os anos finais do século XIX e o século XX. No estudo racial proposto pela autora, salienta-se que o conceito de raça está intrinsecamente ligado a uma definição biológica, mas que indica um viés social. Nesse âmbito, Schwarcz afirma que

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava.

...

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia. (2019, p. 24).

A “natural” hierarquização desenvolvida por Schwarcz é elemento legitimador para ações discriminatórias que se arrastam por décadas. A legitimação do horror afirma-se pela constituição social em níveis naturalmente desiguais. Assim, pensar em racismo e sexismo, por exemplo, é pensar na relação de poder existente entre as classes sociais que foi constituída organicamente por anos.

O sujeito, aqui indivíduo social que independe de gênero, inserido em tal contexto já desde o nascimento, está diante de um dispositivo de exclusão social profundamente enraizado. Recuperar o fato infeliz da escravidão para a história não só do Brasil, mas de países como Estados Unidos, é resgatar outras milhares de narrativas e laços que foram interrompidos e destruídos em nome de progresso e desenvolvimento econômico, político e social.

No que diz respeito à chegada de mulheres para a escravidão e à lógica econômica, bell hooks, em *E eu não sou uma mulher?* (2019), obra originalmente publicada em 1981, afirma que

Poucas mulheres africanas foram embarcadas nos primeiros navios trazendo pessoas escravizadas para o novo mundo, **mas quando o comércio de pessoas escravizadas aumentou, mulheres passaram a representar um terço da carga humana embarcada na maioria dos navios.** Uma vez que aquelas não ofereciam efetiva resistência à captura por ladrões e sequestradores, mulheres africanas se tornaram alvo frequentemente de homens brancos escravizadores. Os escravizadores também usavam a captura de mulheres importantes da tribo, a filha do rei, por exemplo, como meio de atrair homens africanos para situações em que eles poderiam facilmente ser capturados. Outras mulheres africanas eram vendidas para escravização como

punição por infringir leis da tribo. Uma mulher considerada culpada por cometer adultério poderia ser vendida para escravidão. (2019, p. 40, grifo meu).

Acerca da realidade hierárquica marcada pela diferença nos tons da pele como indicadores de “superioridade” e “inferioridade”, o negro é visto como “outro” frente ao olhar dos brancos, e as mulheres passam a ser vistas como o “outro do outro”, conforme definição de Grada Kilomba. Em *Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano* (2019), Grada disserta sobre o racismo, seu “marco inicial” e a presença nas sociedades atuais, bem como suas características. Nesse sentido, a autora ainda relaciona as diferenças existentes entre as raças a “valores hierárquicos”, apontando que “não só o indivíduo é visto como ‘diferente’, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade.” (2019, p. 75). Ainda, aponta que tais valores “implicam um processo de naturalização” e que o poder está presente, seja econômico, histórico, social ou político (p. 75).

No tocante à relação entre negros e brancos e “democracia racial”, Abdias Nascimento (2019), em *Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*, obra originalmente publicada em 1977, apresenta, que

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. (2019, p. 54).

Essa lógica hierárquica apontada por Nascimento é constituinte enraizada na sociedade brasileira, levando em consideração a reprodução de discursos que

mantêm a visão “embranquecida” para a história de formação do país. Ademais, isso se articula com a construção de um cânone literário nacional que negligenciou durante anos escritoras negras, como Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977).

Nesse âmbito, acerca da configuração das personagens femininas negras, Leda Maria Martins aponta que

Em sua dupla condição de mulher e negra, a personagem negra feminina tem sido objeto de vícios de representações que espelham não apenas o registro do olhar masculino, mas também convenções e figurações inseminadas pelo registro do racismo. Nas cenas literárias, no Brasil, predominam, com raras exceções, três modelos de ficcionalização do corpo feminino da negrura, inscritos em versos e prosa: a mãe preta, perfil da generosa mãe-de-leite, sempre sorridente e amável, sempre alimentando e ninando a criança branca; a empregada doméstica, uma espécie de força bruta assexuada, de rosto indiferenciado, na função reificada de objeto do lar; e a insinuante mulata, corpo erotizado em excesso, objeto dos desejos “ocultos” do homem branco. (1996, p. 112).

Na contramão desses modelos que engessaram a personagem feminina negra ao longo dos séculos na produção literária brasileira, a literatura negro-brasileira apresenta “o outro lado” como forma de luta, por meio de uma escrita potente, que se faz latente, sobrevivente e transformadora. Nesse sentido, a mulher negra é vista como um sujeito político, articulada a uma ferramenta de desconstrução e ressignificação do processo de apagamento da voz feminina negra. Martins enfatiza que

é do *locus* da ficção e da poesia que a escritora negra, em particular, busca rasurar esses vícios de figuração, vestindo a personagem negra feminina com novos

significantes que indiciam outras possibilidades de significância e de interferência nos processos de alçamento do corpo feminino como corpo de linguagem. Traduzindo sua condição binária de mulher e negra, as escritoras afro-brasileiras, em muitas de suas produções, elegem o corpo feminino como tema, do qual derivam a artesanaria da escrita. (1996, p. 112).

Conceição Evaristo define a escrevivência como um “sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica.” (2020, p. 29). O conceito defendido por Evaristo vai ao encontro das discussões propostas neste trabalho, considerando as obras de Eliana Alves Cruz, já que as narrativas são protagonizadas por mulheres negras que foram escravizadas no passado colonial brasileiro.

Pensar sobre a voz dessas mulheres não só no passado, mas na sociedade contemporânea, é refletir acerca da condição da mulher. É um processo que torna possível observá-las em uma posição de detentoras da própria vivência, por meio de uma escrita que escreve e as inscreve de forma central. Evaristo explica que a escrevivência é

Um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. (2020, p. 30).

No romance *Água de Barrela*, a protagonista e matriarca Damiana, cuja história ancestral é desmembrada na obra, rememora:

Aqueles moços e moças que ali estavam certamente nunca tinham visto uma barrela – aquela água com cinzas de madeira que se colocava na rouparia para branqueá-la. Agora tudo é na máquina, batido com sabão em pó e ponto final. Antigamente lavar roupa era um longo processo artesanal. Primeiro se esfregava e batia-se bem; depois era colocar um pouco no molho da água de barrela, enxaguar mais e pôr no sol para quarar. Quando os panos secavam, entrava em ação o pesado ferro de engomar, que deslizava em cima do tecido com algumas gotas de água de cheiro. Vinco por vinco. Gola por gola. Pronto. Tudo perfumado. Tudo branco (Cruz, 2018b, p. 17).

O processo memorialístico do romance está diretamente ligado à árvore genealógica da autora, em uma saga familiar que tece tradições, manifestações culturais e religiosas e afetos. Na minha dissertação de Mestrado intitulada “Escrevivência diaspórica feminina negra em *O Crime do Cais do Valongo* de Eliana Alves Cruz”, defendida em 2020, destaquei a relevância da escrevivência na obra, ao pontuar que

Pensar “escrevivência” em *Água de Barrela* é relacionar a própria história e os antepassados da autora como mecanismo de construção literária, revelando e resgatando tradições, crenças e práticas religiosas. Nesse sentido, por exemplo, ao apresentar a personagem Akin (ou Firmino após sua travessia), o narrador nos conta detalhes de sua vida no continente africano e sua ligação com o território de origem: “ouvia-o dizendo que ser escravo era o pior que poderia acontecer em qualquer parte, pois a pessoa perdia a raiz, a família e vivia nos piores lugares. Eles não tinham muita certeza do que acontecia com os negros capturados para a venda aos brancos.” (Leal, 2020, p. 22).

O processo de construção da narrativa pautado na escrita da vivência constitui uma forma de literatura que subverte padrões estabelecidos anteriormente e se insere como ponto basilar para as discussões raciais, de gênero e de classe nas obras

contemporâneas. Valorizar a ancestralidade é resgatar a oralidade e a experiência do corpo negro.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou as obras *O Crime do cais do Valongo* e *Água de Barrela* de Eliana Alves Cruz, tendo em vista conceituações como identidade, memória e ancestralidade, a fim de enaltecer a figura feminina negra enquanto escritora e as protagonistas do romance.

Trazer uma mulher negra para os estudos literários contemporâneos é de fundamental importância, já que as autoras negras ainda são minoria na literatura negro-brasileira. Somado a isso, um romance narrado por uma mulher negra escravizada tem dupla inscrição no cenário literário: a questão de gênero e de raça em uma história na qual essa personagem não tem sua vida contada pelo outro, apresentando-se enquanto uma jovem capturada em seu país de origem e trazida para terras estrangeiras para ter sua liberdade e direito cassados.

No cenário social, a personagem Muana inscreve-se sob uma lógica patriarcal e racista que a vê como mercadoria de um sistema econômico que lucrou durante séculos às custas de mão de obra explorada.

As personagens Damiana e as muitas mulheres presentes em *Água de Barrela* protagonizam lutas, perdas, tristezas, alegrias e experiências no contexto do período colonial no país. As histórias dessas mulheres e seus antepassados são contadas a partir de outra perspectiva, ressignificando as próprias vivências que, até então, eram desautorizadas por meio de discursos em favor do mito da democracia racial. Conceição Evaristo afirma que

A literatura negra nos traz a revivência dos velhos griots africanos, guardiões da memória, que de aldeia em aldeia cantavam e contavam a história, a luta, os heróis, a

resistência negra contra o colonizador. Devolve-nos uma poética do solo, do homem africano, transplantada, reelaborada nas terras da diáspora. (2010, p. 136).

Considerando que a travessia dos negros africanos foi um processo doloroso por si mesmo, devido às condições adversas, insalubres e às doenças facilmente espalhadas nos porões dos navios, a narrativa de Eliana Alves Cruz dá luz à memória da narradora, às suas raízes em África e suas estratégias de sobrevivência em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Cruz, E. A. (2018a). *O crime do Cais do Valongo*. Rio de Janeiro: Malê.
- Cruz, E. A. (2018b). *Água de Barrela*. 2018b. Rio de Janeiro: Malê.
- Cuti [Luiz Silva]. (2010). *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro.
- Evaristo, C. (2007). "Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita". In Alexandre, M. A. (Org.). (2007). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza.
- Evaristo, C. (2020). "Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face". In Moreira, N. M. B. e Schneider, L. (Orgs.). (2020). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia/Editora do CCTA, pp. 219-20.
- Evaristo, C. (2020). "A escrevivência e seus subtextos". In Duarte, C. L. e Nunes, I. R. (Orgs.). (2020). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, C. (2010). *Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira*. In Pereira, E. A. (Org.). (2010). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, pp. 132-142.
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/evaris.rtf/>
- Figueiredo, E. (1998). *Construções de Identidades Pós-coloniais na literatura Antilhana*. Niterói: EDUFF.
- Gonzalez, L. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In Encontro anual da associação brasileira de pós-graduação e pesquisa nas ciências sociais, 4, 1980, Rio de Janeiro. *Temas e Problemas da População Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Anpocs, pp. 223-244.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2018). *Da diáspora – Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher? - Mulheres negras e feminismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. [1981].
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Leal, D. S. (2020). *Escrevivência diaspórica feminina negra em O crime do Cais do Valongo de Eliana Alves Cruz*. 2020. 69 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/18149>
- Lima, M. (2026). "Caminhos da história africana e afro-brasileira: aulas de campo no cais do Valongo no ensino de história." In Gabriel, C. T., Monteiro, A. M. e Martins, M. L. B. (Orgs.). (2016). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Martin, L. M. (1996). O feminino corpo da negrura. *Revista de Estudos de Literatura*. 4, 111-121.

Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.

Ribeiro, P. e Pitasse, M. (2020). "Ser escritora não rompe com o imaginário em relação às mulheres negras". 2020.

<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/07/25/ser-escritora-nao-rompe-com-o-imaginario-em-relacao-as-mulheres-negras>

Schwarcz, L. M. (2019). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.